

# Teses

defendidas no Programa  
de Pós-graduação em  
Geografia/UFMG no  
1º semestre de 2017

## “Viagens: Espaço e conhecimento turístico”

Data de Defesa:

07/03/2017

Pensar as viagens e o conhecimento turístico que, no avesso da viagem turística convencional, tem o seu ponto de partida: a pesquisa. Justifica-se por dois motivos a escolha de perspectivas abertas — pelos caminhos da reflexão acerca da natureza do espaço— para se compreender a natureza da viagem. O primeiro deles diz não à polarização de perspectivas de abordagem; e, com ele, procura-se evitar a polarização que ainda hoje se verifica nas correntes de abordagem crítica do Turismo: de um lado, o legado positivista-funcionalista e, de outro, o legado romântico-idealista. O segundo motivo vincula-se à abordagem dos inúmeros desdobramentos da pergunta: Para além da viagem turística convencional, o que seriam as viagens invisíveis ao mercado — à margem do próprio mercado — e, por isso mesmo, situadas às margens da “indústria do turismo”? Afinal, como compreender movimentos feitos em nós, ou por nós, que não são, convencionalmente, abordados como turísticos tais como as andanças nos espaços comuns da cidade, os movimentos de andarilhos e errantes, inclusive os movimentos originários de nossa própria imaginação? O que pensar das viagens feitas através de nossos sonhos, da literatura, do cinema, da música, da pintura, da poesia, das artes em geral? Como não pensar, ainda, nas viagens que não se restringem aos saberes hegemônicos ocidentais tais como as viagens nômades e xamânicas? O que teriam essas viagens em comum? As questões teóricas e críticas desenvolvidas resultam da idéia de que as viagens coexistem nos lugares através do movimento dos sujeitos, já que o corpo do sujeito revela a incorporação das inter-relações constituintes do espaço, um constante devir. O pluriverso da viagem, revelado ao longo do texto, mostra-se tão mais diverso quanto mais aberto às potencialidades dos sujeitos, tão mais penetrante e instigante quanto mais transitável através do espaço e das suas diversas possibilidades de compreensão e experimentação. Pode-se pensar que as viagens são movimentos dos sujeitos que expressam a relação constitutiva dos sujeitos no espaço — nos territórios, nos lugares — e através dele. A partir da compreensão de múltiplos movimentos do corpo do sujeito sobre o espaço estriado e liso e, ainda, através do espaço-corpo, a natureza da viagem é revelada como produto e, simultaneamente, produtora de movimentos e transformações dos sujeitos. Viagens de descobrimento e de conhecimento e viagens turísticas convencionais são contrastadas e, ainda, interrogadas pelas viagens nômades, errantes e alternativas. Além disso, viagens através dos corpos dos sujeitos revelam a intensidade do movimento presente nas viagens lentas e criativas e nas viagens cosmológicas. Por fim, a viagem é colocada em foco como objeto de estudo do Turismo de modo a ampliar esse campo fechado do conhecimento. Finalmente, ainda se discute uma epistemologia das viagens: é um modo de dizer algo — e, ao mesmo tempo, de dizer algo que se refere a um exercício ainda não realizado — referente às necessárias reflexões acerca das viagens diversas e dos viajantes que se distinguem. Aqui, a própria palavra epistemologia pretende “dizer as viagens” e emerge como um contraponto ao próprio significado de epistemologia na filosofia moderna.

“Crise imanente e conflito social na metrópole de Belo Horizonte: reflexões a partir da “questão da moradia”, na “região da Izidora”

Luiz Antônio Evangelista de Andrade

Orientador:a

Profª. Drª. Doralice Barros Pereira

O ponto de partida do presente estudo concerniu à abordagem de alguns dos conflitos sociais que têm ocorrido contemporaneamente na metrópole de Belo Horizonte, cujas motivações, numa observação mais aligeirada, dão-se em torno da “questão da moradia”. Dentre esses conflitos, aquele que vem expressando com mais notoriedade tais motivações aparentes, pelo menos nos últimos 10 ou 12 anos, é o recrudescimento de ocupações residenciais em vários terrenos privados e públicos, tanto em Belo Horizonte quanto na sua região metropolitana. Detivemo-nos sobre a realidade empírica e específica de três ocupações: Vitória, Esperança e Rosa Leão. Juntas, as três contam com aproximadamente 8000 famílias e estão, há cerca de três anos e oito meses, presentes naquela que é considerada a última grande área privada não parcelada da capital mineira. A esse ponto de partida empírico, conjugou-se a análise das reivindicações dos movimentos sociais, da rede de apoio às ocupações e de seus moradores, as quais giram em torno de dois eixos centrais: 1) que haja o cumprimento, pelo poder público, do princípio constitucional da função social da propriedade e, por conseguinte, do direito social fundamental à “moradia digna”; 2) que a “questão da moradia” incorpore-se às pautas atinentes à “justiça social” e à “dignidade da pessoa humana”, conforme aduz a Constituição Federal de 1988. A partir do escopo em que se definem tais reivindicações, buscamos articular a reflexão sobre a “questão da moradia” com a crítica da forma política estatal e da forma jurídica, levando em conta as suas relações com a forma social de valor, o tipo de sociabilidade que esta produz e a forma histórica específica da dominação que se processa em seu seio. Procuramos, ainda, situar tais formas sociais – e também outras categorias socioeconômicas fundamentais – no âmbito de uma teoria radical de crise, de modo a apreender os conflitos particulares em foco.

Data de Defesa:

10/03/2017



“La participation institutionnalisée dans les espaces protégés habités - Quelles contributions à l’ éco-acteurisation des participants et au développement territorial? - Regards croisés sur 6 initiatives institutionnelles de développement du Parc naturel régional Scarpe-Escaut (France) et de la Mosaïque d’ aires protégées Sertão Veredas-Peruaçu (Brésil) ”

Nos espaços protegidos habitados (EPH) a participação dos atores locais e moradores, assim como a contribuição para o desenvolvimento são encorajadas pelo quadro internacional, pelas políticas públicas e pelos próprios gestores. Estes últimos impulsionam e experimentam iniciativas participativas de desenvolvimento que buscam a proteção dos patrimônios naturais e culturais. A governança instaurada tanto pela criação e gestão desses “territórios-ferramentas” quanto pelas diversas iniciativas institucionais apoia-se em dispositivos participativos institucionalizados.

Data de Defesa:  
10/05/2017

Nossa pesquisa questiona os efeitos desta participação institucionalizada para os participantes e para o desenvolvimento do território. Verificamos se as pessoas e grupos, depois da participação, experimentam uma “atorização”, ou seja, se eles se tornam “eco-atores”, atores-autores de iniciativas ascendentes (debaixo para cima) favoráveis à proteção e valorização do território. Verificamos também se essas iniciativas alimentam o “desenvolvimento territorial”. Para isso, realizamos uma análise cruzada de dois projetos de território e de seis iniciativas de desenvolvimento local em dois EPH. A análise destaca o funcionamento deles e alimenta alguns debates.

Se a participação dos habitantes e atores locais tornou-se uma norma nesses tipos de espaços protegidos, a sua implementação revela situações muito contrastantes e imperfeitas. Margens de progresso permanecem, seja em termos de quantidade, diversidade ou representatividade dos atores implicados, seja em termos da animação dos dispositivos participativos ou ainda da distribuição de poderes.

A “eco-atorização” é raramente “cumprida”, mas muitas vezes parcialmente observada em algumas pessoas ou grupos que participaram dessas iniciativas. As pessoas se tornam mais sensibilizadas, informadas, adquirem capacidades cidadãs e políticas e/ou se articulam em redes de atores portadoras de capital social. Porém, este capital é ainda raras vezes coletivamente ativado em prol de iniciativas ascendentes.

As seis iniciativas estudadas - que provavelmente não existiriam sem esses incentivos institucionais - tentam ativar e especificar recursos naturais e/ou culturais locais. Os esforços empreendidos nem sempre permitem obter “recursos territoriais”. Isso por causa da uma construção inacabada da representação coletiva do recurso e/ou da ausência de suporte por um coletivo de atores estruturado e suficientemente sólido.

Se essas iniciativas não correspondem exatamente ao conceito de desenvolvimento territorial, as transformações sociais que elas desencadeiam ou alimentam, fomentam certo “melhor-estar” para as partes interessadas e contribuem para criar um “terreno” favorável ao desenvolvimento territorial e à “eco-atorização”. Na sequência dessas constatações, um dos cenários a considerar seria o de transformar os EPH em incubadoras de “eco-atores”, e de tornar seus gestores parceiros das iniciativas ascendentes.

## “Comum urbano: A cidade além do público e do privado.”

João Bosco Moura Tonucci Filho

Orientadora:

Profª. Drª. Heloisa Soares de Moura Costa

Esta pesquisa teve como objetivo superar a dissociação teórica entre o comum e o urbano. De modo geral, o comum refere-se aos bens, espaços e recursos que são compartilhados, usados e geridos coletivamente por meio de práticas gestadas pela própria comunidade, fora do âmbito do Estado e do mercado. Em diferentes metrópoles ao redor do mundo, o comum tem sido invocado politicamente por movimentos sociais, ativistas e pesquisadores tanto em resistência aos cercamentos, privatizações e desposseções associados ao urbanismo neoliberal, quanto em experiências de construção de espaços autônomos. Entretanto, os teóricos do comum não se propuseram, salvo raras exceções, a discutir mais detidamente como seria olhar para a urbanização contemporânea a partir do comum, e vice-versa. Portanto, para urbanizar teoricamente o comum, fez-se necessário, primeiramente, investigar os contextos de emergência, os sentidos e as histórias do comum, assim como expor e avaliar as principais abordagens críticas sobre o mesmo, destacando suas relações com os direitos de propriedade. A literatura mais recente que versa sobre o comum urbano foi também debatida, abarcando os estudos que vão desde os recursos comuns na cidade, com seus arranjos coletivos de propriedade e comunidades diversas, àqueles que tratam a própria cidade como comum. Ademais, foram ressaltados aqueles estudos que reconhecem espaços periféricos do Sul global por sustentarem práticas informais de comunalidade e cooperação. As potências e impasses deste comum urbano na periferia da metrópole brasileira foram ilustrados pela experiência recente das ocupações por moradia em Belo Horizonte, particularmente no que diz respeito à contradição entre a riqueza de práticas de produção do comum que questionam a hegemonia da propriedade privada e as pressões da ordem proprietária. Por fim, para fazer frente aos desafios teóricos de se conceber o comum em sua dimensão urbana, propus uma elaboração ancorada no pensamento de Henri Lefebvre. O urbano lefebvriano, caracterizado pelo seu caráter de centralidade, mediação e diferença, e acrescido da promessa emancipatória da cidade, passa a ser entendido como espaço contraditório de cercamento e produção do comum. De modo mais amplo, é a própria produção do espaço, tornada central no mundo contemporâneo à reprodução das relações sociais capitalistas, que implica cada vez mais a luta pela apropriação do próprio espaço como comum. Destarte, o comum urbano que emerge da pesquisa aponta para experiências de produção do espaço que, gestadas na vida cotidiana e baseadas em relações e práticas de cooperação, apropriação coletiva, uso e autogestão, convergem para a realização do direito à cidade.

Data de Defesa:

12/05/2017

João Stefani

Orientador:  
Prof. Dr. Ralfo Edmundo  
da Silva Matos

“Sob primazias epocais na orientação do pensamento ocidental: expressões da produção, reprodução e coexistência de interpretações, representações e práticas acerca da geografia do mundo.”

Data de Defesa:  
10/05/2017

Ao focalizar determinadas dimensões do processo de formação do Ocidente e de sua produção cultural, a presente tese procura demonstrar que, em termos mais gerais, no âmbito de primazias epocais concernentes à orientação do pensamento ocidental, a exemplo do papel desempenhado pelas matrizes do pensamento mitológico, exegeta e racional, foram e são dinamizadas, na produção e reprodução histórica de sua cultura geográfica, qualificadoras coexistências envolvendo disputas, associações, resistências e ressignificações de referenciais, componentes e conteúdos dedicados à interpretação, à representação e à prática acerca da geografia do mundo. Nesse sentido, ao destacar três períodos na história do Ocidente, quais sejam: Clássico, Medieval e Moderno, delimitados segundo extensão temporal de dominância sociocultural por parte de uma determinada matriz do pensamento geral, o presente estudo identifica, a partir de dedicada chave de interpretação, possíveis relações existentes entre epocais componentes e expressões de cultura geográfica – em suas origens, dinâmicas, conflitos e associações – e a forma típica de interação que se desenvolve entre a experiência da unidade geograficidade-historicidade – segundo base da formação socioespacial que qualificaria cada um dos referidos períodos – e seus derivados produtos no que diz respeito tanto a matrizes de orientação ao pensamento geral quanto a referenciais de tempo e espaço. Ademais, observado o quadro de indicações concernentes a essas interações – indicações extraídas da bibliografia de referência ao desenvolvimento do referido estudo –, chama à atenção, com relação a qualquer um dos períodos selecionados, a despeito dos contextos de formação socioespacial, da experiência historicidade-geograficidade, bem como de disputas entre matrizes orientadoras à interpretação, representação e prática acerca da geografia do mundo, o recorrente pragmatismo envolvido nas associações entre componentes e referenciais de cultura geográfica. Pragmatismos favorecidos por circunstanciais demandas referentes à legitimidades políticas, econômicas e culturais acerca de produtos de interpretação, representação e prática a respeito da geografia do mundo.

## ERRATAS

- Na *Capa* da revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017:

Onde se lia:

“Janeiro - Junho vol.14 nº1 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- Na *Ficha catalográfica* da revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017:

Onde se lia:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pósgraduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - vol.14 nº1 (Jan-Jun) 2017 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2017”

Leia-se:

“Geografias: Revista do Departamento de Geografia/Programa de Pósgraduação em Geografia, Departamento de Geografia do Instituto de Geociências, UFMG - vol.13 nº1 (Jan-Jun) 2017 - Belo Horizonte: UFMG, Departamento de Geografia, 2017”

- No artigo *Espaço e sociedade na ocupação dos sertões das minas – vale do rio Piranga, Minas Gerais, séculos XVIII e XIX*, de autoria de Mateus Rezende de Andrade, publicado na revista Geografias v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No artigo *Turismo no entorno de parques: um olhar territorial*, de autoria de Altair Sancho, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No artigo *Representações do espaço urbano*, de autoria de Marcio Luis Fernandes, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No artigo *Geografia em Comunidade: social entrepreneurship, university extension and innovative pedagogic initiatives in Diamantina, Minas Gerais state, Brazil*, de autoria de Douglas Sathler, Claudio Marinho e Michael Passow, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2016. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No artigo *Aspectos teórico-metodológicos relativos à dimensão temporal e espacial do clima, de autoria de Carlos Henrique Jardim*, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No artigo *Previsibilidade da pressão atmosférica local a partir de flutuações altimétricas registradas no Oeste Paulista*, de autoria de Antonio Jaschke Machado, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2016. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”.

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2016. Vol.12, nº1, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”.

- No artigo *10 anos da pesquisa em geoturismo no Brasil: balanços e perspectivas*, de autoria de Luciano Schaefer Pereira, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No artigo *Ponderação de variáveis ambientais para determinação do Potencial de Uso Conservacionista para o Estado de Minas Gerais*, de autoria de Adriana Monteiro da Costa, João Herbert Moreira Viana, Laís Pinheiro Evangelista, Dayane Caroline de Carvalho, Klinsmann Cortezzi Pedras, Ivana de Marco Horta, Hugo Henrique de Cardoso Salis, Max Paulo Rocha Pereira e Jarbas Lima Dias Sampaio, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Janeiro - 30 Junho de 2017. Vol.14, nº1, 2017”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No documento *Dissertações defendidas no Programa de Pós-graduação em Geografia/UFMG no 1º semestre de 2017*, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”

- No documento *Teses defendidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFMG no 1º semestre de 2017*, publicado na revista Geografias, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017, em todas as

páginas com legendas bibliográficas:

Onde se lia:

“Belo Horizonte, 01 de Julho – 31 de Dezembro de 2016. Vol.13, nº2, 2016”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 13, n. 1, jan./jun. 2017”